

Rumo ao entendimento

Num ambiente de cortesia e respeito mútuo, parlamentares governistas e de oposição foram ontem a plenário em número suficiente para que a sessão do Congresso tivesse quórum — o que não ocorria a algum tempo. Com esta disposição infelizmente rara na vida política recente do País, foi possível votar a revisão orçamentária proposta pelo Governo e que, conforme a Constituição, deve ser aprovada pelo Parlamento.

A situação aproximava-se do paroxismo com o Executivo e o Legislativo travando um combate em torno dos projetos que cada um considerava prioritário. Como nenhuma das partes admitia a primazia alheia e diante da impossibilidade de fazer valer sua posição, contentava-se em culpar a outra parte pelo impasse. Estabelecido o “nó” da questão com as amarras das normas e procedimentos parlamentares, os dois lados, voluntariamente ou não, predispunham-se a desatá-lo puxando a ponta que lhe tocava o que, naturalmente apenas contribuía para que o nó se tornasse cada vez mais apertado.

Sobre um pano de fundo da hostilidade mútua resultante da eleição presidencial polarizada, agravada pela crise econômica e pelo severo plano de estabilização econômica, lançaram-se as medidas provisórias (em pinceladas rápidas), em contraste com traços fortes de tons puramente oposicionistas. Para completar, matizes de cinzenta omissão eleitoral. Formou-se assim o quadro de um Legislativo que não legislava e de um Executivo que não executava, cada qual lançan-

do a responsabilidade pela própria paralisia sobre o outro.

É verdade que a responsabilidade maior pela situação é do Legislativo, e não apenas das bancadas de oposição que, afinal de contas, ainda que de forma equivocada tratavam de forçar a tramitação de questões de seu interesse. No entanto, os partidos alinhados com o governo e os parlamentares que independentemente de orientação partidária se inclinavam a fazê-lo tampouco desenvolveram um esforço real para alcançar o quórum necessário à votação do projeto de revisão orçamentária, embora somados, alcançassem número suficiente para isso. De sua parte, o Executivo não empenhou-se em obter uma solução negociada, limitando-se a pressionar o Congresso através da opinião pública e de indicações de que poderia recorrer ao instituto da Medida Provisória, de constitucionalidade duvidosa neste caso.

Ao que tudo indica, a votação de ontem, que permitirá que se executem tarefas de governo tão importantes como a retomada do fornecimento normal de merendas escolares, foi resultado de uma nova disposição por parte de opositores e governistas, tanto no Congresso quanto no Executivo. E de se esperar que este estado de espírito não se revele passageiro mas, pelo contrário, se estenda a outras questões urgentes. Se isto efetivamente ocorrer, será um sinal de que as elites nacionais de quaisquer tendências terão entendido o recado da avalanche de votos brancos e nulos registrada na última eleição.